

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 26/2019

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO

Presidente:	- <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i>
Vereadores Presentes:	- <i>Rui Fernando Moreira Magalhães</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Manuel Carlos Pereira Rodrigues</i>
Membros Ausentes:	- <i>José Miguel Romão Cunha</i>
Secretariou:	- <i>Esmeralda Emília Rebelo Fidalgo Pinto</i> Jurista
Ata da Reunião de 24 de outubro	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.
Hora de Abertura:	- 19h15min
Local da Reunião:	- Paços do Concelho – Salão Nobre da Câmara Municipal

Antes da Ordem do Dia

Regimento.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Boa noite a todos. Cumprimento a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores em geral, a Dr.ª *Esmeralda Pinto*, a *Carla Assis* e a *Patrícia Gueirês*.

Tal como é habitual e tendo em conta que a Ordem do Dia não nos deu particular trabalho, não há muitos assuntos, temos que centrar a nossa intervenção nos assuntos no período de Antes da Ordem do Dia. Para hoje, para além de outros que estão reservados para outras Reuniões, trago 33 questões diferentes, dentro do estilo habitual. São questões, sugestões, críticas, boas práticas, é um pouco de tudo. As 33 questões podem parecer muito, mas é mais ou menos dentro daquilo que tem sido o figurino habitual.

Espero não maçar ninguém, mas é para isso que nos pagam e temos de justificar aquilo que o Estado investe em nós Autarcas, sobretudo quem é da Oposição que tem poucos espaços dentro do modelo atual para intervir e temos de aproveitar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Boa tarde a todos. Hoje temos bastante público presente, o que é muito bom. Cumprimentar os Senhores Vereadores, ...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Peço desculpa, não cumprimentei o público, mas também não sei quem está, não os vejo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... a Dr.ª *Esmeralda Pinto* e a *Carla Assis*. Cumprimentar todos em geral.

Irei responder de forma sucinta às intervenções do Senhor Vereador *Rui Magalhães*. De facto, delicia-nos aqui com as leituras de textos longos e substancialmente positivos, os quais agradecemos. De forma muito objetiva, irei tentar resumir um ponto de situação relativamente às questões que foram levantadas.

Quanto à referência que fez acerca do pouco espaço para intervir, o espaço que a Oposição tem hoje é o que sempre teve no passado. Nunca vi da parte do Senhor Vereador *Rui Magalhães*, enquanto Vice-Presidente da Câmara Municipal, muita preocupação com os espaços de intervenção da Oposição. Mesmo quando eu era Vereadora da Oposição, a verdade é que sempre me foi dito que tudo aquilo que quisesse ter da Câmara Municipal era uma questão de ir procurar aos Gabinetes dos responsáveis e aos Técnicos da Câmara Municipal.

Neste momento, aquilo que o Senhor Vereador solicita, com mais ou menos tempo, é entregue. Quando eu pedia algum documento, aquilo que me diziam era para ir procurar, pois os Técnicos estariam disponíveis para me receber. De facto, a atitude é diferente, a disponibilidade é diferente e a entrega da documentação também é diferente, porque neste momento é entregue, na altura não se fazia assim.

De qualquer forma, houve uma evolução positiva num espaço democrático e ainda bem que as coisas são assim, é sinal que estamos a evoluir para que a Oposição tenha, como deve ter, grande qualidade e ajudar a quem está a exercer atividades de responsabilidade a ter este espaço de acompanhamento, de fiscalização, se assim lhe quiser chamar, mas também de críticas positivas, negativas, coisas boas e menos boas que vão acontecendo na vida e no dia-a-dia das pessoas e dos mirandelenses.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Museu de Curiosidades.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Segundo o Portal do Município de Mirandela o Museu das Curiosidades é um espaço museológico fundado por *Manuel Menéres*, filho de *Clemente Menéres*, cuja vocação é a divulgação da história e dos feitos da família Menéres, no que respeita à melhoria das condições de vida das pessoas das aldeias de Romeu, Vale de Couce e Vila Verdinho e à sua influência política a nível nacional e aos seus interesses lúdicos.

Estão expostos neste Museu objetos curiosos utilizados no dia-a-dia dos finais do Séc. XIX e princípios do Séc. XX. Pode ver-se caixas de música encantadoras, as primeiras máquinas fotográficas, de projeção de cinema, de costura, de engomar, telefonias, bicicletas, carros de cavalos, automóveis ou até um primitivo carro dos bombeiros. Expõe também diversos documentos e objetos ligados à história da Casa Menéres.

Segundo o portal, abre das 12 horas às 17 horas e por vezes é preciso avisar a pessoa responsável para o abrir, que vive bem perto. Está fechado às segundas e quartas de tarde. É verdade que não é fácil visitar o Museu, mas eu já o visitei ao longo dos tempos quatro vezes. Sendo privado, talvez não seja fácil criar um posto de trabalho e ter um horário de funcionamento permanente.

Segundo carta aberta tornada pública e escrita pelo representante legal dos descendentes de *Manuel Menéres*, *João Pedro Menéres*, o Museu de Curiosidades do Romeu tinha encerrado ao público e já tinha sido iniciada a sua desocupação na medida em que a senhoria tinha cessado o contrato de arrendamento com efeitos a partir deste ano de 2019. Segundo o mesmo foi tentada a sua compra por um preço justo de mercado, mas a senhoria não a terá aceitado.

Segundo *Pedro Menéres*, terá tentado falar com a Senhora Presidente, mas só conseguiu ser recebido pela Dr.ª *Vera Preto* por duas vezes, mas o processo não terá tido qualquer desenvolvimento. A ideia seria a declaração do interesse público municipal, o que depende de deliberação da Câmara Municipal de Mirandela que nunca chegou a verificar-se. Informa também que, segundo averiguaram, a Senhora Presidente nunca terá visitado o Museu, o que duvidamos que corresponda à verdade.

Esta notícia inflamou as redes sociais, às quais não consegui ficar quieto e mudo, e, como seria expectável, este processo é complexo, controverso e eivado de dúvidas que urge clarificar. Como esperado, houve logo quem visse nisso uma manobra política ou de aproveitamento por parte de *João Pedro Menéres*.

Outros remeteram a questão para o foro privado na medida em que o edifício arrendado é privado e o espólio do Museu também. Contudo, na minha ótica, sobejam os exemplos em todos os municípios de apoio a iniciativas privadas desde que de interesse também público e dou alguns exemplos em jeito de pergunta:

- 1ª O Município de Mirandela não apoiou o Restaurante Maria Rita, pertença da mesma família, aquando do concurso das Sete Maravilhas à Mesa, sendo até uma das candidaturas vencedoras? Alguém se lembrou na altura que o restaurante Maria Rita, juntamente com a quinta e o museu, pertencem à família *Menéres* há longos anos? Não esteve a senhoria Presidente e outras pessoas do Município e de Mirandela nas cerimónias de atribuição de prémios, sobretudo na final em Albufeira? Não investiu a Câmara Municipal de Mirandela financeiramente nesse processo? Objetivamente quem beneficiou com essa atribuição? Para além de Mirandela, não foram os proprietários quem provavelmente lucrou mais devido ao eventual aumento de clientela?
- 2ª Não foi recentemente aprovada em Reunião da Câmara Municipal de Mirandela, com o nosso voto a favor, e em Sessão da Assembleia Municipal de Mirandela a declaração de interesse público municipal de um hotel/Spa de 4 estrelas a instalar no concelho de Mirandela no valor de 60 milhões de euros?
- 3ª Não tem a Câmara Municipal de Mirandela, nos mandatos transatos e no atual, apoiado fortemente iniciativas ligadas à fileira da Alheira de Mirandela, com a realização de Feiras da Alheira em Mirandela e antes na Alfândega do Porto e na constituição e integração de membros do Executivo na Contraria da Alheira? Quem lucra com isso para lá de Mirandela? Não são as empresas produtoras e vendedoras de alheiras e outros enchidos e produtos locais e regionais? Alguém algum dia criticou ou se insurgiu contra isso como, por exemplo, as outras empresas de outros ramos de atividade?

Não faltam também os que olham para os *Clemente Menéres* como um dos que beneficiaram do Estado Novo, com menoscabo para a relevante obra social desenvolvida e para o facto de ter sido uma das maiores empresas agrícolas empregadora de mão-de-obra agrícola. Eu não tenho esses pruridos porque reconheço o seu papel meritório no contexto da economia local e regional e porque em abono da verdade viveram num determinado contexto histórico a que não podiam fugir.

O Museu de Curiosidades do Romeu não é um equipamento clandestino, porque consta, por exemplo, da listagem de Museus da Região da CIM-TTM ínsita no Plano de Marketing Territorial das Terras de Trás-os-Montes.

Finalmente, outros há que entendem que há gato escondido com rabo de fora ou manobras obscuras ou interesses espúrios, mas, seja como for, julgo que os Mirandelenses merecem ser esclarecidos e exigem transparência total. Dessa forma pergunto ao executivo:

- 1º É verdade que *João Pedro Menéres* tentou dialogar com a Senhora Presidente? Como?
- 2º É verdade que teve duas reuniões ou contactos com a Dr.ª *Vera Preto*? O que resultou desses contactos? O que foi solicitado por *João Pedro Menéres*? Que compromissos assumiu a Câmara Municipal de Mirandela com ele?
- 3º Foi solicitada verbalmente ou por escrito a emissão de uma declaração de interesse público municipal do Museu que impedisse a denúncia do contrato de arrendamento? Existem evidências escritas deste processo?

4º Não foram equacionadas outras alternativas como, por exemplo, a deslocalização do Museu para outro espaço do Romeu ou de outra localidade?”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Quanto a esta situação, dar-lhe duas notas. O Museu das Curiosidades, como sabe, é um espaço privado, de gestão privada da família *Menéres* com um património assinalável que todos admiramos. Todos visitamos o Museu das Curiosidades várias vezes durante a nossa vida, era sempre uma visita obrigatória no nosso Ensino Básico, Ensino Preparatório e Ensino Secundário. Portanto, particularmente, tive oportunidade de o visitar, como já transmiti ao Dr. *João Pedro Menéres*, até com a minha filha. De qualquer forma, eles não têm de conhecer todas as pessoas que vão visitar o Museu, obviamente.

Dizer-lhe que aquilo que diz respeito ao Museu das Curiosidades, ao longo dos últimos 40 anos nunca houve nenhuma preocupação com um espaço privado e de gestão privada. Neste momento a questão coloca-se, porque houve a cessação de um arrendamento à família *Menéres* e de repente houve a preocupação, com toda a legitimidade, quer da Junta de Freguesia que também não imaginava que o espaço não era próprio, como da Câmara Municipal que também não imaginam que o imóvel não seria propriedade da família *Menéres* e que estava desde 1971 em arrendamento à família.

Com a nova Lei do arrendamento, que foi do Governo anterior PSD - CDS, uma Lei chamada “Lei da Cristas”, essa Lei veio atualizar rendas e este foi um dos casos em que houve essa atualização.

Este imóvel é propriedade de uma Senhora que não esteve disponível para fazer este novo contrato de arrendamento ou para venda do imóvel. Está no seu direito, obviamente.

De qualquer forma, aquilo que queria dizer é que a Câmara Municipal desde essa data tem feito tudo o que é possível, desde reuniões com a família *Menéres* que se mostrou sempre disponível para participar numa solução, garantindo que o espólio não sai do Romeu, porque o Senhor Vereador *Rui Magalhães* referiu que poderia ser transferido para outra localidade...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não. Perguntei.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não, não pode ser transferido para outra localidade. Poder, pode, porque é um espólio particular e privado, mas não deve ser transferido para outra localidade e aquilo que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia estão a fazer é tentar encontrar uma solução do próprio imóvel ou de outro imóvel no Romeu.

Relativamente às manobras obscuras, sinceramente acho que não há de nenhuma parte nem má-fé, nem qualquer tipo de manobras obscuras para justificar qualquer tipo de ação ou intervenção que a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia ou o Estado no seu conjunto possam fazer lá.

Em relação ao Restaurante Maria Rita e ao Museu das Curiosidades, obviamente que quando foi das “7 Maravilhas” houve um grande protagonismo da Freguesia, do concelho e também dos pratos típicos do restaurante.

Dizer-lhe que foi, inclusivamente, tratada esta questão do interesse público municipal, que seria também uma das soluções apontadas pela família para, no fundo, garantir que a Senhoria do imóvel não faria mais nada que não fosse ter um Museu. De facto, a Declaração de Interesse Público Municipal está sujeita, como sabe, a um regulamento que Mirandela não tem. Portanto, só poderia ser interesse público municipal se Mirandela tivesse esse regulamento. Esse regulamento está a ser preparado, até ao final desta semana deve estar pronto, mas é necessária discussão pública e os 60 dias para o Parecer da Direção Regional da Cultura do Norte, por isso, dificilmente conseguimos chegar até ao final do ano com este assunto resolvido para podermos aprovar em Assembleia Municipal de dia 20 de dezembro.

Aquilo que foi proposto ao Dr. *João Pedro Menéres* foi que pudéssemos encontrar dois planos, ou seja, um plano em que iríamos tentar mesmo assim encontrar soluções para aquele imóvel ou outra localização no Romeu para a deslocalização do Museu.

Foi também proposto fazermos, como já tinha estado em projeto, uma rota dos Museus Rurais, incluindo o Museu de Suções, o Museu de Abreiro, uma coleção visitável, se assim lhe podemos chamar, dos Passos e também o Museu da Pedra em Miradases.

Estes Museus Rurais, pelo que temos conhecimento, são propriedade das Juntas de Freguesia, não são exatamente Museus, porque têm uma série de características, são espaços museológicos que ao funcionarem em rede têm muito mais interesse para os visitantes e também a nível de promoção do interesse turístico.

O Dr. *João Pedro Menéres* mostrou-se disponível a participar nesta rede, achou também uma ideia bastante interessante de forma a qualificar e capacitar o espólio de que é proprietário. Mostrou-se disponível a fazer um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal, mas com gestão privada, porque o espólio pertence à família.

Relativamente às questões relacionadas com o futuro, aquilo que posso dizer em relação à Câmara Municipal é que estamos a trabalhar em conjunto. É importante que a família *Menéres* entenda que uma vez que se trata de um património privado, ou existe um contrato com a Câmara para que haja esta salvaguarda, esta proteção e classificação ou então dificilmente uma Câmara pode ter titularidade sobre o espólio privado. Se a família *Menéres* quisesse deslocalizar, felizmente não quer, o espólio do Romeu para outro local qualquer estava no seu direito, ou seja, é como uma móvel de um particular que tem na sua sala um quadro que é valioso e que o quer ter ali ou deslocalizá-lo para outro lado.

O que se passa é que esta coleção visitável era de todos, pertencia a todos, apesar de ter uma bilheteira de entrada, que era de gestão privada. Faz parte das nossas memórias, mas não tinha qualquer salvaguarda nem tem qualquer salvaguarda do interesse público.

Julgo que vamos chegar a bom porto com uma abertura diferente com a família *Menéres*, com negociações onde temos também envolvida a União das Freguesias de Avantos e Romeu. Vamos dando nota de todos os trabalhos que vão sendo feitos a este nível.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Pagamento à Deloitte (Medida 8 do Plano de Saneamento Financeiro).

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Após insistência dos Vereadores da Oposição, foi finalmente entregue a informação sobre o pagamento dos serviços contratados à Deloitte para a realização da tão propalada, mas inadequadamente apodada de “auditoria financeira”, assunto a que voltaremos mais tarde, porque não está esquecido.

Para que conste ficamos a saber que os valores pagos à Deloitte foram cabimentados na rubrica 02.02.20 referente a “outros trabalhos especializados”. Foram liquidadas as faturas em 12-06-2018, no valor de 25.830,00 euros e em 18-09-2018, no valor de 25.830 euros, o que perfaz um total de 51.660 euros. Significa que deviam ter sido incluídas no relatório final do Plano de Saneamento Financeiro de 2018 e não o foram, mesmo que fossem cabimentados como trabalhos especializados. Até prova em contrário, consideramos que tal foi feito propositadamente para não onerar demasiado a medida 8 do Plano de Saneamento Financeiro.

De acordo com o POCAL, os trabalhos especializados são serviços técnicos prestados por outras entidades que a própria entidade não pode superar pelos seus meios, tais como serviços informáticos, análises laboratoriais, trabalhos tipográficos, estudos e pareceres (rubrica 02.02.20), mas existe a rubrica 03.09 relativa a estudos e consultadoria que inclui as despesas relativas a estudos de organização, apoio à gestão e serviços de natureza técnica prestados por particulares ou outras entidades. Devem ser classificados nesta rubrica, de entre outros, os encargos com estudos de organização de projetos informáticos e estudos económico-financeiros. Também é de considerar nesta rubrica o apoio técnico prestado por Economistas, Juristas, Engenheiros e Arquitetos contratados para o efeito.

O XI Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro apresentado à reunião da Câmara Municipal de 11 de fevereiro de 2019, refere que a medida 8 visa a redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de limites para as despesas em *outsourcing*, com estudos, pareceres, projetos e consultoria. O objetivo aí descrito é o de promover e rentabilizar os recursos internos disponíveis, reduzindo a dependência de entidades terceiras. O valor apresentado é de 39.378,45 euros e muito longe do que foi pago em 2018 à Deloitte num total de 51.660 euros e que ultrapassava o limite imposto pelo Plano de Saneamento Financeiro de 48.735 euros. Como explicam esse desfasamento?

Seja como for, reafirmamos a ideia de que o valor pago à Deloitte devia ter sido incluído na medida 8 do Plano de Saneamento Financeiro e não o foi, o que nos parece uma omissão irregular.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A questão da classificação nas rubricas é uma tarefa da Divisão de Administração Geral. Estou certa que os Técnicos e a Chefe da Divisão não permitiriam que existisse qualquer irregularidade nestas situações. Pela confiança que tenho nos Técnicos deste setor e em todos os setores da Câmara Municipal, julgo que a classificação foi feita no devido lugar. Não houve, portanto, qualquer intenção ou qualquer desfasamento relativamente às classificações nas rubricas. É uma questão meramente técnica que nunca se sobrepõe às questões políticas.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Material Turístico do Município de Mirandela.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Provavelmente seria expectável trazer este assunto hoje, porque não pedimos os documentos apenas para chatear ou para dizer que somos Oposição. Tudo o que nos é entregue é devidamente avaliado e ponderado. Este assunto é o material turístico do Município de Mirandela que nos foi entregue, que agradecemos, pois é material muito importante, mas não foi bem aquilo que se pediu e vou explicar porquê.

“Como seria fácil antever, o material turístico que nos foi entregue mereceu a máxima atenção por parte dos Vereadores da Oposição que não podiam deixar de o avaliar e tecer os comentários e as críticas que se impunham.

A Senhora Presidente disse na Reunião de 26-09-2019 que os Serviços de Turismo poderão enviar tudo aquilo que fosse de novo e que possa ter interesse para o Senhor Vereador. O que nós pedimos na altura dizia respeito ao material turístico produzido *ex novo* pelo atual Executivo, mas vejamos se assim foi.

Salvo erro da nossa parte, não são novos ou não são produto do Município de Mirandela, os livros sobre Aldeias, Castelos e Viajar em Família (Porto Norte), Mapa da Cidade, Palácio dos Távoras ao longo do tempo, desdobráveis e informação sobre o Museu Armindo Teixeira Lopes, Guia das Praias Fluviais, Passeios Pedestres e Feiras, Bem-vindo ao Concelho de Mirandela, Património Religioso do norte do Concelho de Mirandela, Rede de Percursos Pedestres, Informação sobre os trilhos, Património Natural Paraíso Terrestre (Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular), Guia Mirandela (2003), Terra Olea, Rota do Azeite de Trás-os-Montes, Região do Turismo do Nordeste Transmontano, Estátuas e Monumentos de Homenagem de Mirandela e Mirandela Cidade.

O que nos parece relativamente novo:

- Paço dos Távoras (que resultou de uma candidatura anterior);
- Palácio dos Távoras, informação em braille (que resultou de uma candidatura anterior);
- Mirandela Prove;
- Gastronomia Natureza;
- Mirandela Visite e Descubra Verão 2019.

Afirmo e reafirmo que no presente Mandato nada de relevante tem sido produzido no domínio da divulgação turística, produzido pelo Município de Mirandela.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: O material turístico é aquele que existe. Todos os outros em que o Município participa que não são edição do Município, para nós têm muito valor, ou seja, é um trabalho conjunto entre várias entidades, como o Eixo Atlântico, Turismo do Porto e Norte de Portugal. Mal seria que quando o Turismo mais funciona em rede e mais funciona na capacitação de todos os espaços visitáveis, quando nós temos projetos turísticos mais à escala regional, tivéssemos só brochuras, *flyers* respeitantes ou edição da Câmara Municipal de Mirandela.

Cada vez mais o Turismo funciona como um espaço comum entre os territórios e os territórios cada vez mais fazem uma promoção e uma divulgação comum das nossas mais-valias turísticas.

Obviamente que a Câmara Municipal acha que tudo o que produz é de relevância, porque senão não o teria produzido e não teria investido esse dinheiro.

De qualquer forma, dizer que “nada de relevante se tem produzido” é também desvalorizar um pouco a nossa história, os nossos Técnicos e a nossa forma de divulgar Mirandela. Isso não é verdade, porque tem sido feito um trabalho assinalável, mas essencialmente em rede.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Curriculum Vitae do Economista para a Implementação do SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas que se impôs, porque se reconheceu que a normalização contabilística em Portugal para o setor público se encontra desatualizada, fragmentada e inconsistente. A fragmentação ao nível da contabilidade constituía um problema sério de inconsistência técnica, dado que afetava a eficiência na consolidação de contas no setor público e acarretava muitos ajustamentos que não eram desejáveis e que questionavam a fiabilidade da informação em sede da sua integração.

Mais se reconheceu no preâmbulo da Lei que o sistema contabilístico, orientado sobretudo para o controlo das despesas públicas, revelou-se incapaz de se adaptar às exigências de uma gestão racional e integrada e de proporcionar informação financeira completa, fiável, relevante e oportuna.

A primeira data para a sua implementação em todos os organismos da Administração Pública, incluindo a administração local, foi o dia 1 de janeiro de 2017, mas três anos depois muito pouco foi realizado. Reconhecidamente, a sua implementação não tem sido fácil e, como tal, as autarquias locais tinham de estugar o passo, dar formação aos seus colaboradores e externalizar, se necessário, a prestação de serviços nesse domínio, mas contactando quem tivesse experiência comprovada e fosse uma mais-valia para a organização. Não parece ser manifestamente o caso da contratação de um Economista pelo Município de Mirandela com a intenção de acelerar a implementação do SNC-AP. Numa análise e abordagem simplistas, estamos em crer que a esse nível ele não tem tantas qualificações nem tanta experiência como os colaboradores do setor da contabilidade da Câmara Municipal de Mirandela.

A experiência profissional do Dr. *Estevinho Pires* limita-se a um estágio profissional numa sociedade privada no setor da contabilidade, gestão de fornecedores e gestão de *stocks*, na Caixa Geral de Depósitos no atendimento ao público e gestão de caixa, numa clínica privada no controlo de faturas e pagamentos, noutra empresa como consultor e num programa CEI do IEFEP quando estava desempregado. Não tem qualquer experiência numa autarquia local ou noutra organização da administração pública. Positivas são a Licenciatura em Economia e uma Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças, o que não o habilita automaticamente em SNC-AP.

Face à escassez de recursos humanos da Câmara Municipal de Mirandela nessa área dada a saída recente de uma Técnica Superior para a repartição de Finanças de Mirandela, tinha pleno cabimento a contratação de um Técnico para a reforçar, mas nunca com o argumento de que tal serviria para agilizar a implementação do SNC-AP atenta a ostensiva falta de conhecimento e de experiência do avençado contratado.

Deixo um recado para o avençado contratado. Nada temos contra ele e esperamos que possa ser útil ao Município de Mirandela e que se sinta motivado e esteja empenhado. Duvidamos é que acrescente algo de positivo à implementação do SNC-AP do Município de Mirandela.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Todos nós já fomos jovens e já estivemos no início de carreira. Se não nos for dada uma oportunidade, não sabemos nunca onde podemos vir a chegar. Portanto, dizer que uma pessoa “não tem qualificações” ou “tem qualificações” é um critério de quem não conhece o trabalho efetivo das pessoas. Acho que às vezes a experiência e as qualificações nem sempre são sinónimo de trabalho, de empenhamento e de esforço para realizar uma tarefa.

Acredito que, de facto, este Economista que foi contratado possa acrescentar algo de novo.

Certamente que desvalorizar o trabalho dos outros, especialmente dos jovens, não fica bem a quem tem responsabilidades políticas. De qualquer forma, cada um ficará com as suas atitudes.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Acesso Alvites - Vale de Lagoa (Orçamento de 134.820,00€).

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Fui contactado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alvites que me deu nota que logo após as eleições, foi à Câmara Municipal reunir com a senhora presidente da Câmara e que lhe foi dito que não havia nenhum orçamento para o acesso Alvites-Vale de Lagoa. Solicitei à Senhora Presidente o envio desse projeto e do orçamento alocado de 134.820,00 € e foi-me dada resposta pronta, o que agradeço e destaco, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela nos seguintes termos:

“*Cumpre-me informar que existem nos arquivos dos serviços de obras públicas um projeto para essa estrada, datado do ano de 2010. Como deve imaginar esse projeto encontra-se desatualizado tanto a nível financeiro, como de técnicas e materiais de execução desse tipo de empreitada. O estado da via também se encontra mais degradado, o que leva que a intervenção seja mais profunda e onerosa. Caso seja intenção do Senhor Vereador Rui Magalhães, poderá consultar o projeto nos nossos serviços de obras municipais.*”

Pergunto: o projeto vai ser refeito e vai ser realizada essa intervenção?”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A Câmara Municipal não tem nenhum projeto que se enquadra nas condições atuais, ou seja, o projeto que existe é de 2010, já tem quase 10 anos. O projeto não vai ser feito, vai ser feito um projeto novo, porque para além das novas técnicas que existem, existe uma degradação, pois em 10 anos o pavimento degrada-se bastante. Assim, vai ser feito um novo projeto e um novo orçamento. O orçamento que tinham era de 158 mil euros, sendo que essa verba é manifestamente pouca, segundo a nossa Técnica, para realizar a obra, por isso, vai ser feito um projeto e vai ser feita a obra.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Plano de Integração Paisagística.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Ficamos a saber que contrataram serviços para a elaboração do Plano de Integração Paisagística ligado à Expansão da Zona Industrial à Arquitecta Paisagista *Carla Andreia Correia Gonçalves* por 8.200 euros. Confesso que nunca ouvi falar desse plano, mas o defeito deve ser meu. Sei agora que a integração paisagística tem por objetivo orientar ou corrigir as transformações da paisagem já realizadas (infraestruturas, extração mineira, edificações, etc.) para conseguir adequá-las à paisagem tomada como referência. Por conseguinte, perguntamos:

- Esse plano de integração paisagística é obrigatório?
- Se sim, com base em que normativo legal?
- Que critérios elegem para escolher por ajuste direto a aludida arquiteta?
- Foi por referência de alguém ou de outra câmara municipal?
- Não se podiam ter socorrido da Arquitecta Paisagista da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, Dr.^a *Rita Morais*?

Na normal pesquisa que realizamos na internet, soubemos que a Arquitecta realizou na Universidade de Aveiro, em 2013, no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, a sua tese de mestrado intitulada “Convenção Europeia da Paisagem e a Revisão do Plano Diretor Municipal”, e que tem sido presidente de teses de mestrado em Arquitetura Paisagista na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Pelo menos tem qualidade, competência e experiência.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Este Plano de Integração Paisagística e o Plano de Acompanhamento Ambiental da obra foram documentos obrigatórios que a CCDDR-n obrigou a entregar juntamente com o Projeto da Expansão da Zona Industrial que dizia respeito à Declaração de Impacte Ambiental.

Como todos sabem, o Estudo de Impacte Ambiental para a antiga Zona Industrial, que levou a um levantamento rigoroso de todos os edificados que existem na antiga Zona Industrial e também tudo aquilo que é projetado, obrigou a que a Câmara Municipal, por ausência da Arquitecta *Rita Morais*, que estava em licença de maternidade, senão teríamos recorrido à Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, como não tinha recursos para fazer este Plano de Integração Paisagística e o Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra, recorreu a outra Técnica. Foram dois planos que tiveram de ser subcontratados, obviamente que foram feitos por uma pessoa altamente qualificada que cumpriu, logo após a entrega do plano, os requisitos que a CCDDR-n impunha para a aprovação do projeto.

Neste momento o projeto está aprovado e temos a Declaração de Impacte Ambiental aprovada. Vai a Conselho Diretivo a questão da aprovação do projeto com as medições e orçamento que ronda os dois milhões de euros.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Melhoria das Condições de Segurança da Barragem de Vale de Madeiro.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “É mais um investimento previsto no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM-TTM com um valor previsto de 305.000 euros. Tal significa que se justificava algum investimento nesse equipamento tão fundamental para os agricultores da zona e não um mero capricho de alguém. É verdade que esse investimento seria para realizar pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, mas sendo um assunto de interesse público e municipal, perguntamos se nos sabem dizer se esse projeto já foi realizado ou ainda vai ser realizado.”

Volto a dizer, não sendo uma competência do Município.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Este é um investimento da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. De facto, não temos, neste momento, informação sobre este alargamento de rede. A única coisa que posso dizer é que esta barragem e o aproveitamento hidroagrícola que está a ser feito não correspondem às expectativas que existiam e ao potencial que esta barragem tem a nível de rega.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Reabilitação Energética em dois Pavilhões Desportivos.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Outro investimento previsto no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM-TTM no valor de 943.457 euros e que me tenha dado conta não constava do PPI de 2020. Está esquecido esse investimento ou não?”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Existiam, de facto, 943 mil euros, mas houve um acordo, que eu também critiquei, com Vimioso em que a Câmara Municipal de Mirandela passou 500 mil euros para Vimioso para que pudesse

fazer a sua iluminação pública. Portanto, eu já herdei essa situação. Várias vezes em várias reuniões da CIM opus-me a esta situação. Foi uma questão de solidariedade político-partidária, mas, de facto, quem ficou a perder com esta cedência foi Mirandela e várias vezes isso foi discutido aqui.

A verba reduziu significativamente e optamos por investir, como a maioria dos Municípios, em iluminação pública, porque é muito mais vantajoso para a Câmara Municipal e para as questões energéticas.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Relatório da Vistorias às Pontes.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Este assunto também resultou de um pedido que efetuamos ao atual Executivo, tendo-nos sido entregue. Como é normal, foi alvo de análise da nossa parte, volto a dizer, com a intenção de não ficarmos apenas com os documentos e guardá-los numa gaveta. Não! Quando pedimos os documentos é porque queremos analisá-los e queremos colocar questões ou chegar a algumas conclusões.

“Pela leitura do relatório, inteiramo-nos que a empresa inspecionou 21 pontes do concelho de Mirandela e as que exigem maior intervenção são a Ponte Eng.º Machado Vaz, no valor de 280 mil euros, e a Ponte Europa, no valor de 162.000 euros. Aponta custos totais de reparação e manutenção de 816.000,00 euros. Não vemos refletido na Proposta de Orçamento para 2020 qualquer investimento em reparação de pontes, o que retira sentido e utilidade às vistorias. Não basta conhecer a realidade mas também colmatar as deficiências.

Em relação à Ponte Eng.º Machado Vaz a empresa aponta vários problemas e deficiências, algumas bem visíveis e antigas, que urge resolver com celeridade sob pena de causar danos aos seus utilizadores. Foram, assim, apontadas, as seguintes irregularidades:

- Existência de lajetas de pedras partidas, existindo o risco de cair, no topo de encontro Este (Extremidade Norte) o que poderá ser perigoso para os utilizadores da via; a Betar recomenda a imediata remoção dos elementos em risco de queda; isso foi feito?
- Existência de fissuras verticais no betão no encontro Este; a empresa recomenda a selagem das fissuras de forma a promover a durabilidade do betão, impedindo a infiltração de água; isso foi feito?
- Existência de várias fissuras transversais, devendo proceder-se à injeção dessas fissuras com resina epoxy e acompanhar periodicamente a sua evolução; isso foi feito?
- Fissuração generalizada das lajetas de revestimento dos passeios, o que promove a infiltração de água e compromete a durabilidade do tabuleiro; segundo a empresa deve-se proceder à substituição generalizada do revestimento de ambos os passeios;
- Desgaste e degradação do revestimento da via, verificando-se a fendilhação do revestimento e a existência de cavidades e deve-se proceder ao restabelecimento geral da via, após prévia fresagem betuminoso existente;
- Avançado estado de degradação das juntas de dilatação metálicas em ambos os encontros; apresentam desgaste e corrosão acentuada e a acumulação de sujidade prejudica o seu normal funcionamento; recomenda-se a sua substituição por juntas de dilatação em neoprene reforçado, compatíveis com os deslocamentos estruturais existentes.

São também apontadas várias anomalias a corrigir na Ponte Europa, apesar de ser mais recente.

As intervenções na Ponte Velha custam apenas 50.000 euros, nada que o orçamento municipal não consiga abarcar, a não ser que as prioridades sejam outras. Todavia, foram apontadas 13 anomalias nos apoios intermédios, como descalçamentos, no tabuleiro e no guarda-corpos.

A empresa avança no fim com várias medidas de atuação, reforçando a qualidade das vistorias e do relatório que lhes subjaz.

Não existe nenhuma ponte que não careça de algum tipo de intervenção e a empresa sugere que as intervenções sejam faseadas e realizadas até 2024. Eu não sou Engenheiro, mas hei de lá chegar, mas algumas das anomalias apontadas podiam ser resolvidas, na minha ótica, porque sei que os recursos financeiros são limitados, mas a segurança das pessoas deve estar primeiro, sem deixar de reconhecer a importância e a decisão de efetuar essas vistorias por parte do atual Executivo e a ideia de que isso devia ter sido pensado há mais tempo.

Até sugeria que este relatório fosse apresentado numa conferência de imprensa e numa sessão pública, não fosse o caso de a participação dos cidadãos ser tão limitada, o que deixo ao cauto critério do Executivo. Outrossim, entendo também que este relatório devia ser tornado público e não o foi. Não para alarmar as pessoas porque, apesar de tudo, não há motivos para isso, mas para justificar as verbas do erário público gastas e para comprometer o atual Executivo na realização das obras fundamentais, sob pena de mais tarde poder acontecer alguma desgraça e, como o povo afirma sabiamente, “mais vale prevenir do que remediar”. Por outro lado, julgo que os Deputados Municipais deviam ter conhecimento deste relatório e não sei se lhes foi ou não remetido. Deixo uma questão final:

- Que intervenções têm previsto a curto, médio ou longo prazo? Não estão preocupados, não digo alarmados, com as deficiências apontadas à Ponte Nova que é a que tem de suportar maior circulação pedonal e automóvel? Não seria de incluir já nas Grandes Opções do Plano, Orçamento e PPI de 2020 a 2023 algumas dessas intervenções?”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não estaríamos aqui a falar nisto se a Câmara Municipal não tivesse a iniciativa de pedir uma inspeção a uma Empresa de referência, a Betar, que trabalha também para a I.P., relativamente às pontes do concelho de Mirandela.

Nunca foi feita uma inspeção às pontes como foi feita desta vez, por isso não queremos alarmar ninguém, porque não existem pontes com estado de conservação tão degradada que exija obras de imediato, aliás, com pior estado de conservação tem um limite temporal de dois anos, ou seja, é possível fazer as obras até 2021. Contudo, posso informar que vão ser feitas intervenções, quer na “Ponte Velha”, quer na Ponte Eng.º Machado Vaz.

Não foi publicado o relatório da inspeção das pontes, porque são questões muito técnicas que podem criar alguma espécie de insegurança e também nos foi dito pela Empresa que não havia situações de alarme imediato. De facto, aquelas que mais nos preocupam é a “Ponte Velha” com intervenções significativas e que vamos fazer no próximo ano, está a Eng.ª *Fátima Dias* a acompanhar, e também vamos fazer uma qualificação na “Ponte Nova”, já foi entregue o projeto no âmbito do PEDU - Programa Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Como disse na anterior Reunião, fizemos uma reprogramação do PEDU e incluímos a Ponte Eng.º Machado Vaz, uma vez que consideramos ser prioritário o arranjo dos passeios, da via, da iluminação, do gradeamento e de tudo aquilo a que faz referência o relatório, até porque o relatório faz parte da candidatura. A candidatura já foi submetida no âmbito do PEDU na CCDR-n.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Anuário Financeiro dos Municípios.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente a 2018, foi divulgado recentemente e mostra a tendência de redução de dívida que se vinha verificando nos últimos anos. O endividamento atingiu o valor mais baixo da última década e os impostos e taxas consolidam-se como a principal fonte de receitas próprias das autarquias. Estas são algumas das conclusões do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2018, um documento apresentado anualmente pela Ordem dos Contabilistas Certificados e que traça um retrato das 308 câmaras do país. No entanto, há ainda sinais preocupantes, no documento que contou com a colaboração do Tribunal de Contas, como os 23 Municípios que continuam a ter uma dívida superior ao permitido, como o de Mirandela, ou as câmaras que demoram mais de um ano a fazer pagamentos.

Mirandela aparece referenciada 22 vezes por aspetos positivos e negativos. Assim, no que diz respeito aos municípios com redução do valor de taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2018, Mirandela está em 3º lugar, só tendo à sua frente Borba e Sever do Vouga. Cobrou, em 2017, o valor de 2 616 510 € em 2018 o valor de 2 628 615 €. No que tange aos municípios com maior volume de investimento pago em 2018, Mirandela aparece em 33º devido sobretudo aos investimentos do PEDU. Nos municípios com maior diferença negativa entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas, Mirandela surge em 22º com um uma execução de receita liquidada de 76,3% e uma execução de receita assumida, de 95,2 % e com uma diferença de menos 18,9%.

No que reporta aos empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE), foi amortizada a totalidade da dívida que existia em 01/01/2018 de 240.000 euros. Mirandela aparece em 22º no rol dos municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos, com 139 dias. Nas entidades com mais fraco Resultado Económico em 2018 surge o Metropolitano Ligeiro de Superfície, em 22º, com um resultado líquido negativo de 24.435 euros.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Em dois anos não conseguimos os indicadores brilhantes, seria quase um milagre. Já conseguimos muito e todos sabemos que um dos nossos objetivos é diminuir o prazo médio de pagamento a fornecedores.

Quanto à referência que o Senhor Vereador *Rui Magalhães* fez ao Metropolitano Ligeiro de Superfície, dizer-lhe que o resultado líquido, como já tinha dito em Reuniões anteriores, é negativo pela questão de ter existido atualização salarial. Foi um compromisso assumido já no Mandato do Dr. *José Silvano* em que houve o compromisso de contrato coletivo de trabalho que nunca foi cumprido pela Câmara Municipal, principal acionista do Metro Ligeiro de Mirandela, que fez com que nós quiséssemos cumprir esse compromisso, daí haver este resultado negativo.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Poluição dos Rios Rabaçal e Tua.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Como normalmente esses assuntos são votados ao esquecimento e raramente se conhecem as conclusões das investigações e o apuramento dos responsáveis, solicitamos que nos informem dos últimos desenvolvimentos sobre o crime ambiental ocorrido no Rio Rabaçal, mas com consequência negativas no Rio Tua com a morte de milhares de peixes e eventualmente a poluição das águas do rio.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: As últimas atualização são praticamente nenhuma, porque é um processo que está em investigação pela Polícia Judiciária. Julgo que o processo foi encaminhado pela GNR de Chaves, por isso, esta situação faz parte do âmbito de investigação e não temos qualquer informação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Pelourinho de Frechas.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Já foram reparados os danos provocados no Pelourinho de Frechas? Já foram apuradas responsabilidades? O que se passou entretanto? A Direção Geral do Património Cultural já interveio?”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sabemos que está a decorrer na GNR um processo relativamente a esta questão. De qualquer forma, posso-lhes dizer que já temos um relatório da Direção Regional que sistematiza todas as ações que têm de ser feitas, algumas já têm algumas décadas de atraso, relativamente ao pelourinho, ou seja, o pelourinho já era uma infraestrutura delicada, com graves problemas.

Devido a este acidente vamos fazer uma intervenção, que ronda 8 mil euros, relativamente à colocação das peças.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Centro de Informação Autárquica ao Consumidor (CIAC).

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Em junho de 2019, foi noticiado que Mirandela ia ter o primeiro Centro de Informação Autárquica ao Consumidor (CIAC), no âmbito de um protocolo celebrado na presença do Ministro-Adjunto e da Economia, *Pedro Siza Vieira*.

Nesses centros, equipas técnicas disponibilizam informação e encaminham os cidadãos. A Presidente da Câmara de Mirandela, *Júlia Rodrigues*, explicou que o município vai disponibilizar os técnicos e o espaço no Gabinete do Município para o funcionamento deste novo serviço. A Direção-Geral do Consumidor vai dar formação aos Técnicos, o que deveria acontecer depois das férias de verão, e a autarca conta ter condições depois para abrir o centro. Perguntamos:

- 1º Onde funciona esse CIAC?
- 2º Que Técnicos foram afetos ou vão ser afetos ao CIAC?
- 3º Já lhes foi ministrada formação por parte da Direção-Geral do Consumidor?”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A Direção Geral do Consumidor já agendou a formação. Ainda não foi feita a formação, mas, de qualquer forma, sobre esta questão vou enviar um *e-mail* com esta informação depois de consultar a Divisão de Administração Geral.

Sei que para além deste serviço, existe também um Centro de Inclusão, que é outro projeto do Governo para Gabinetes de Atendimento. Cada vez temos mais serviços de atendimento que o Governo ou que os Serviços Centrais se apoiam nos Serviços Autárquicos para que possamos prestar esses serviços às populações.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Salas de Estudo Noturnas.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Uma das milhentas conversas que tenho com o meu filho que, sendo Médico, tem de estar sempre a estudar e a atualizar os conhecimentos, embocou na questão da ausência de salas de estudo em Mirandela para quem pretenda sair de casa e estudar fora à noite. A única hipótese que há é a sala de estudos da ESACT de Mirandela, mas a sua entrada está limitada aos alunos da ESACT. Ainda lá fui algumas vezes já depois do Mestrado como antigo aluno, mas deixei de ir porque comecei a sentir-me desconfortável. Estudar em cafés em Mirandela também não é muito agradável, porque em muitos deles a partir de certa altura dão a entender que estamos a incomodar.

Tenho consciência de que o que estou a dizer não é prioritário e que só serviria uma minoria de pessoas, mas penso que mesmo as minorias têm direitos. Não sei se não teria sentido celebrar um protocolo com a ESCAT no sentido de permitir a entrada na sua Biblioteca, que funciona à noite, à comunidade em geral, mediante uma inscrição prévia para evitar os indesejáveis e a atribuição de um cartão de utente. Não sei se não poderia ter sentido abrir as salas de estudo da Biblioteca Municipal e permitir aos alunos da ESACT mais um recurso para estudar, sobretudo em épocas de exame, mas também abertas à comunidade em geral.

Esta proposta vale o que vale e muito provavelmente não vai ter desenvolvimento, mas pelo menos não quero que o meu filho me diga um dia que ao menos podia ter tentado e nada fiz.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: É bom estudar e é bom estudar à noite. Nós estudávamos em casa, mas esta é uma preocupação séria, principalmente para as pessoas que estudam à noite.

Sinceramente, aquilo que me parece é que o mais fácil e mais imediato será contactar o IPB no sentido de poder abrir as salas de estudo a outros estudantes devidamente autorizados, uma vez que abrindo a Biblioteca Municipal, como imaginam, ainda aumentaríamos mais as horas extraordinárias pagas aos colaboradores e depois diria que havia um aumento das horas extraordinárias, por isso, é preciso equilibrar um pouco as questões.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Acesso à Internet na Biblioteca Municipal.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Segundo consta, não é muito fácil aceder à internet na Biblioteca Municipal de Mirandela. Essa situação exaspera e desmotiva os seus frequentadores e, a ser verdade, deve ser retificada de imediato, porque não se justifica nos tempos que correm.”

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES* disse: Esse acesso à Internet tem a ver com o número de computadores disponíveis ou é a ligação *online*?

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: É o acesso aos conteúdos da Internet, ao Portal.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES* disse: Nos computadores que estão lá, é isso?

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Sim, é isso. É nos próprios computadores que estão lá.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES* disse: Podia ser a rede wireless.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Também é porque nós na Assembleia Municipal muitas vezes vemo-nos aflitos para conseguir aceder.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES* disse: O que está aqui a dizer é que nos computadores que estão na Biblioteca o acesso à Internet é lento...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não tem sido fácil. Tenho ouvido algumas queixas em relação a isso.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES* disse: ... ou são poucos computadores?

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não sei se é sempre.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES* disse: A pergunta que faço é se são poucos computadores ou é o acesso?

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: É o próprio acesso. Ter acesso à informação e aos portais. É muito lento, nem sempre se consegue.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Este é um assunto que poderá vir a ser resolvido depois de consultados os serviços informáticos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assuntos Pendentes ou a Aguardar Resposta.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “**Conselho Municipal de Segurança de Mirandela:** Solicitamos na Reunião anterior que nos fosse fornecida informação sobre o número e datas da realização das reuniões do Conselho Alargado e do Conselho Restrito no presente mandato.

Níveis de pobreza energética: A Senhora Presidente *Júlia Rodrigues* disse que quanto aos níveis de Pobreza Energética, conhecia esse estudo e que ia solicitar aos Serviços de Saúde da Câmara Municipal para verem se conseguiam informação a nível do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge as referências relativamente às Freguesias de Mirandela. Já os têm ou não os conseguiram? De facto, ficou esse compromisso de que vocês iam contactar o Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, no sentido de obterem informação das Freguesias de Mirandela.

Outros documentos e informação em falta:

- Informação ou avaliação dos Conselhos e das Comissões Municipais;
- Resumo das Redes a que pertence o Município de Mirandela;
- Documentação sobre a doação de um veículo para a Unidade Móvel de Saúde;
- Relatório Estratégico de Mirandela aprovado no dia 16jul19 numa reunião do Eixo Atlântico em suporte papel;
- Contrato Programa com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela - A Senhora Presidente disse que a Associação Comercial e Industrial de Mirandela tem enviado relatórios e que ia diligenciar o seu envio em suporte papel relativamente aos dois primeiros meses.
- Parecer sobre a alienação das ações do Hospital Terra Quente, SA (na Reunião de 10-10-19, a Senhora Presidente disse que o parecer podia ser enviado aos Senhores Vereadores).”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, o Projeto de Regulamento foi aprovado em Reunião de Câmara de 21 de junho de 2019 e foi aprovado em Assembleia Municipal de 28 de junho de 2019. Está concluída a versão final do Regulamento e vai ser agendada reunião logo após a sua publicitação nos termos legais.

Em relação aos níveis de pobreza energética foi feito o pedido e aguardamos a resposta.

Quanto ao Parecer sobre a alienação das ações do Hospital Terra Quente, S.A., julgo que já foi enviada a documentação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Funcionamento da Comissão Permanente da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Esta é uma questão que ninguém falou, mas eu vou falar. Como disse, estou numa fase em que não me apetece deixar nada por dizer, mesmo que as pessoas nem sempre concordem comigo, mas vivemos em democracia e as coisas são como são e é perfeitamente normal que não concordem com tudo aquilo que eu digo. Volto a dizer, não quero deixar nada por dizer.

Sei que há muita gente que acha que não temos nada a ver com a Assembleia Municipal de Mirandela, mas não acho que seja assim, porque somos Vereadores da Oposição e acho que temos de fiscalizar tudo o que diga respeito ao funcionamento dos Órgãos Autárquicos e a Assembleia Municipal também é, que eu saiba, um Órgão Autárquico.

“Enviei no dia 04 de novembro de 2019, uma mensagem ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela com o seguinte teor:

“Tendo em conta que a função de acompanhamento e fiscalização dos vereadores da CMM abrange toda a atividade dos órgãos autárquicos, incluindo a Assembleia Municipal onde lei os remete para a posição de meros figurantes e espectadores, venho por este meio solicitar que me envie informação sobre as despesas pagas aos membros da Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela desde o início do mandato, devidamente discriminadas por membros, e que se digne responder-me às seguintes questões, se souber:

- Quantas reuniões realizou a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela desde o início do mandato? Em que dias se realizaram?

- A CMM paga-lhes senha de presença, ajudas de custo e subsídio de transporte?

Sei que esse pagamento não é ilegal mas é tudo uma questão de verdade e transparência e esta deve também vincular a Assembleia Municipal de Mirandela porque não me recorde de algum dia essa informação ter sido prestada. Fui durante seis anos 1.º secretário da Mesa da Assembleia Municipal e participei por duas vezes em várias reuniões de alteração do regimento da AMM e nunca me foi pago qualquer valor por isso nem nunca o exigi, embora fosse um direito meu, porque sempre entendi dever caber essa tarefa nas minhas normais funções como membro da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela”.

Não recebi qualquer informação até à data.”

Agradecia que logo que possível me fosse enviada informação sobre estes assuntos que pedi.

----- A Senhora Presidente **JÚLIA RODRIGUES** disse: Em relação às questões relacionadas com os Órgãos Autárquicos, dizer-lhe que, pelo menos daquilo que eu sei, a Assembleia Municipal não tem, por exemplo, uma das situações que tinha anteriormente que são telemóveis e um *plafond* de utilização de telemóveis. Não teve até hoje acesso aos telemóveis, a anterior Mesa da Assembleia tinha acesso a um telemóvel da Câmara. De facto, a Mesa da Assembleia ainda não teve acesso a qualquer tipo de despesa, pelo menos nessas despesas correntes.

Dizer-lhe também que vão ser enviadas naturalmente estas despesas, mas julgo que esta Mesa até é bastante “poupada” no que diz respeito aos consumos diários que faz relativamente, por exemplo, às comunicações.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Seminário Sobre Descentralização Administrativa.

----- O Senhor Vereador **RUI MAGALHÃES** disse: “Tanto quanto me lembro, a Assembleia Municipal de Mirandela com o apoio da Câmara Municipal de Mirandela responsabilizou-se pela organização de um Seminário sobre a descentralização administrativa que poderia ter o apoio do Prof. Dr. *António Cândido de Oliveira* no seguimento do trabalho que vinha a ser de valorização do poder local e das Assembleias Municipais e do protocolo celebrado com o NEDAL da Universidade do Minho. É ou não para organizar, já que não ouvimos falar mais dele?”

----- A Senhora Presidente **JÚLIA RODRIGUES** disse: Este é um assunto que está a ser tratado pela Comissão Permanente. É uma questão de falar com o senhor membro eleito e representante na Comissão Permanente, ele irá, com toda a certeza, fazer chegar a informação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Referências Positivas.

----- O Senhor Vereador **RUI MAGALHÃES** disse: Deixo quatro referências positivas.

“**1.ª** Primeira fase da operação **Reabilitação e Eficiência Energética na Iluminação Pública da Cidade de Mirandela** que visa a substituição de 1.781 das 3.284 luminárias convencionais por luminárias mais eficientes de tecnologia LED que corresponderão a uma poupança de mais de 114 mil euros anuais aos cofres da autarquia e também uma diminuição da emissão de gases com efeito de estufa.

2.ª **Mercadinho de Rua** – teve lugar no dia 24 de outubro e terá sido uma verdadeira azáfama para os mais pequenos do Jardim de Infância de Mirandela. Montado na zona pedonal da Rua da República, o Mercadinho de Excedentes teve à disposição frutas e legumes para quem por lá passou. A ação, com uma componente de sensibilização para a importância do consumo destes produtos, contou com a participação dos encarregados de educação e educadoras que disponibilizaram os artigos para venda.

3.ª Visando a integração dos novos alunos da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (ESACT – Mirandela) e fomentando o espírito solidário, o **Banco Local de Voluntariado do Município**, juntamente com a **Associação de Estudantes** deste polo académico, promoveu no dia 23 de outubro, uma atividade de praxe solidária com os novos estudantes da academia no Centro de Apoio à Criação de Empresas (CACE – Zona Industrial). A ideia assenta em estimular o verdadeiro sentido da praxe académica, de acolhimento, integração e convívio e, ao mesmo tempo, incentivar uma cultura de voluntariado enquanto intervenção de cidadania ativa com responsabilidade.

4.ª Uma palavra de apreço para o Vereador **Orlando Pires** que me deu nota que a maioria das 16 propostas que realizamos relativamente à **discussão pública da revisão do PDM de Mirandela** estava a ser implementada, bem sabendo que muitas delas já teriam sido equacionadas pelo atual Executivo. Revela respeito pela oposição e maturidade democrática é sempre bom saber que alguém reconhece o nosso esforço e o nosso trabalho. Infelizmente há por aí muitos autarcas que não têm essa humildade e hombridade.”

----- A Senhora Presidente **JÚLIA RODRIGUES** disse: Quanto à Reabilitação e Eficiência Energética na Iluminação Pública da Cidade de Mirandela, foi o projeto de que falei há pouco.

Partilho o apreço que o Senhor Vereador *Rui Magalhães* tem pelo Senhor Vereador *Orlando Pires* e também pelos restantes Vereadores, Dr.ª *Deolinda Ricardo*, Dr. *Manuel Rodrigues* e Dr.ª *Vera Preto*. É um apreço partilhado por todos. Portanto, é bom termos essa partilha.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Realização de Eventos.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Já aqui referi por diversas vezes a dinâmica do Município de Mirandela e das coletividades de Mirandela que não é nova, porque Mirandela sempre marcou pela diferença a esse nível, não obstante algumas carências ao nível das infraestruturas culturais. Falta um pavilhão multiusos e, mais premente ainda realizar obras de beneficiação do Auditório Municipal que o atual e os anteriores executivos ainda não conseguiram realizar e que reputo e que reputava como prioritárias. Mirandela não se pode orgulhar infelizmente das cadeiras onde as pessoas se sentam no Grande Auditório Municipal, situação sem paralelo, que saiba, no contexto distrital e quiçá nacional.

Não tenho números referentes a 2017 por ter sido o último ano do mandato mas encontrei informação de 2016 quanto à cultura. Nesse ano foram realizadas as seguintes ações:

- Exibição de 61 filmes e 97 sessões de cinema, com 11.478 espectadores;
- 5 peças de teatro com 1.547 assistentes;
- 26 exposições e 18 apresentações de livros;
- 231 utilizações do Auditório Pequeno e 260 utilizações do Auditório Grande.

Uma pergunta final:

- Não tendo sido aprovada uma candidatura para esse efeito, o que pensam realizar em relação ao interior do Auditório Grande? Para quando a mudança das cadeiras, pelo menos?”

Isto não tem nada a ver com política, acho que é uma questão objetiva e racionalmente penso que seria importante tentar resolver esse problema, sei que não é fácil, o dinheiro não dá para tudo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Quanto ao pavilhão multiusos, é um compromisso nosso. Antes de mais, vamos tentar fazer um projeto, que não existe, mas realmente é uma carência a nível da cidade de Mirandela e do concelho.

Relativamente às obras no Auditório Municipal, as obras estão orçamentadas no valor de 600 mil euros. Para além das obras no Grande Auditório, somos obrigados também a ter uma casa de banho para pessoas com mobilidade reduzida e um elevador para acessibilidade ao Museu.

Estas obras vão ser incluídas na reprogramação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Estamos a falar das obras no Grande Auditório Municipal, na substituição das cadeiras, substituição do som, das medidas de autoproteção, medidas de proteção acústica e tudo aquilo que diz respeito às boas práticas que existem a nível de Grandes Auditórios, como é o nosso e que precisa urgentemente de ser intervencionado.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Boas Práticas Municipais.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Como é habitual, partilhar convosco - acho que é sempre bom, porque todos devem aprender com todos - boas práticas municipais que considero interessantes.

“Regulamento de Apoio às Artes e Ofícios Tradicionais com Interesse Municipal: Através desse regulamento o Município de Ovar pretende dotar-se de um instrumento que lhe permita promover, apoiar e incrementar as artes e ofícios tradicionais, salvaguardando as atividades em risco de desvalorização e/ou desaparecimento, nomeadamente a “Arte Xávega”, a “Cordoaria”, a “Tanoaria”, a “Olaria” e a “Fiação e Tecelagem”.

Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis: O Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis surgiu da necessidade de criar um espaço intergeracional, diversificado e inovador que envolva a comunidade tendo presentes os seus objetivos sociais, culturais, pedagógicos e educativos, tendo como missão promover o encontro e a troca de saberes entre as diferentes gerações e despertar para o prazer de brincar, jogar, ler, comunicar e interagir. É considerado único no país.

Agenda Cultural de Miranda do Douro: Fiquei muito surpreendido não só pela qualidade gráfica da Agenda mas sobretudo pela dinâmica cultural do concelho de Miranda do Douro não só na cidade, mas também nas freguesias rurais com a organização de vários eventos ligados à música tradicional, ao São Martinho, à observação de aves, aos jogos tradicionais, às montarias, ao Natal e à fogueira e ao fim-de-ano. Saliento a Feira dos Grazes (burros) em Sendim, as Jornadas Micológicas, o “Roques e Marifusas”, também ligada aos cogumelos, a Machorra (Jantar dos Solteiros), a Caramonico, a Matança do Cuchino (porco) e a Terra Natal a apelar aos turistas espanhóis. Fiquei surpreendido e com isso não estou nem quero menorizar Mirandela que tem também outros encantos e por isso continua a ser um dos destinos turísticos mais procurados em Portugal.

Congresso Internacional em Vinhais: Durante três dias, de 7 a 9 de novembro de 2019, Vinhais vai debater e refletir sobre problemas da atualidade no território rural, património, turismo, envelhecimento, desenvolvimento comunitário, assim como, encontrar caminhos e estratégias para combater o despovoamento. Irão participar mais de 30 conferencistas nacionais e internacionais e do programa fazem parte 40 atividades (painéis, conferências temáticas, oficinas, *workshops*, Grupos de Trabalho, mesas redondas, partilha de experiências, entre outras).

Cartão Municipal Sénior de Vinhais e outros equipamentos culturais e turísticos: O Cartão Municipal Sénior tem como objetivo apoiar os idosos do Concelho de Vinhais, no sentido de minimizar as dificuldades económicas e sociais, melhorando as suas condições de vida. Prevê vários descontos e reduções no acesso a bens e equipamentos municipais. O Partido Socialista também o prometeu durante a campanha para as eleições autárquicas. Realço também o Centro Interpretativo do Parque Natural de Montesinho, o Centro Cultural Solar dos Condes de Vinhais, o Museu de Arte Sacra, o Parque Biológico de Vinhais e o Centro Interpretativo do Porco e do Fumeiro.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente às questões ligadas a Vinhais e a Miranda do Douro, é com apreço que vejo estes elogios. Vou transmitir aos colegas das Câmaras Municipais, em especial à Oposição deles, eles ficarão naturalmente satisfeitos com estes elogios e eu, em particular, também. Vou transmitir estas saudações.

Quanto ao Congresso Internacional do Mundo Rural, informar-vos que para o ano vamos organizar, aqui em Mirandela, um Congresso Internacional do Mundo Rural entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, cujo tema é a Educação e Ação Social. Também é uma boa notícia para nós.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Prática Municipal Discutível - Provedor Municipal dos Animais.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Partilho esta prática municipal que não coloquei entre as boas práticas municipais, porque acho que é um assunto que provavelmente será discutível. Confesso que para mim foi uma surpresa, porque hoje parece que se tenta encontrar Provedores para tudo e mais alguma coisa.

“Não considerarei este assunto uma boa prática, porque não será consensual. É prática atualmente criar provedor para tudo e mais alguma coisa e a última vez da Ordem dos Médicos, salvo erro, que avançou com a ideia de criar um Provedor do Doente.

A criação do Provedor Municipal dos Animais de São João da Madeira foi uma proposta da Câmara Municipal de São João da Madeira devido a um compromisso político e pela necessidade de desenvolver políticas municipais para a melhoria do bem-estar dos animais, da responsabilidade de quem cuida deles, de fazer cumprir a legislação e regulamentos municipais nomeadamente na higiene pública, no comportamento das pessoas face aos animais e no apuramento da responsabilidade em matéria de fiscalização e atuação legal. Por curiosidade e para finalizar, dizer também que a criação do Provedor do Animal faz também parte do programa do Governo ao encontro das pretensões do PAN.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Informação da Presidente.

----- Foram entregues aos Senhores Vereadores da Oposição, por ter sido solicitado pelos mesmos em Reuniões anteriores, os seguintes documentos: Relatórios Estratégicos de Mirandela do Eixo Atlântico, Relatório de Execução do Programa *Abem* e Relatórios das Atividades desenvolvidas pela Associação Comercial e Industrial de Mirandela, que se dão por reproduzidos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Dizer-vos, ainda, que estamos a trabalhar, nos últimos 15 dias, num tema muito preocupante que diz respeito à relação comercial entre a Comissão Instaladora da Associação de Lagares de Azeite e as Empresas Extratoras. Temos um problema grave que poderá vir a afetar muito os Agricultores. A Câmara Municipal de Mirandela tem estado, juntamente com os serviços, a ser ponte de ligação entre os dois setores.

Tivemos ontem uma reunião com as três Comunidades Intermunicipais - Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, Comunidade Intermunicipal do Douro e Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes - com muitos autarcas com esta preocupação de que esta transferência de custos das Empresas Extratoras para os lagares não passe para os Agricultores, tentando criar um espaço negocial entre os dois, valorizando essencialmente o setor agrícola.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – Justificação de Faltas.

----- A Senhora Jurista *Esmeralda Pinto* autorizada a intervir, disse: O Senhor Vice-Presidente *José Miguel Romão Cunha* não pode estar presente por motivos profissionais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Senhor Vice-Presidente *José Miguel Romão Cunha*.

01/03 - Informação Financeira.

----- Informar-se o Executivo Municipal da seguinte Informação Financeira com data de reporte de:

- 01 de janeiro a 31 de outubro de 2019:

Descrição	Valores em €
1.º Saldo Transitado de 2018	185.350,90 €
2.º Receita Cobrada	19.454.177,29 €
3.º Despesa Paga	19.267.312,95 €
4.º Saldo de Tesouraria	186.864,34 €
5.º Dívida a Instituições Bancárias	7.258.700,74 €
6.º Dívida a Fornecedores, Empreiteiros e outras Entidades	6.136.456,74 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/04 – 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães*, deu entrada com um ofício com o seguinte teor:

“Solicito a V.ª Ex.ª, que se digne informar os Senhores Vereadores na próxima Reunião do Executivo, da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com início às **9h30m**, do dia **20 de dezembro** (sexta-feira), no Auditório Municipal de Mirandela.
Com os melhores cumprimentos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/05 – 3.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães*, deu entrada com um ofício com o seguinte teor:

“Solicito a V.ª Ex.ª, que se digne informar os Senhores Vereadores na próxima Reunião do Executivo, da 3.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com início às **9h30m**, do dia **21 de dezembro** (sábado), no Auditório Municipal de Mirandela.
Com os melhores cumprimentos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/06 - Aprovação da Ata de 24 de outubro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Reunião do passado dia 24 de outubro de 2019.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 31 de outubro, pelo Senhor Vereador *Orlando Pires* que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 05/2019

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 06 de novembro de 2017 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2017, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 12 de junho e 31 de outubro de 2019.

Autos de Embargo

Despacho de 06/09/2019 – Maria Augusta Fernandes Morais – Construção de edifício, escavação abaixo da cota soleira, sito no Lugar de Canelhas, lote 14/15 - Avenida Francisco Sá Carneiro, em Mirandela, sem que para o efeito possuísse alvará de licenciamento;

Despacho de 18/10/2019 – Ana Paula Aguiar Pires – Construção de um muro com mais de 2m de altura, sita rua de Santa Luzia nº2, em Mirandela, estavam a ser executadas sem que para o efeito possuísse qualquer licença ou autorização.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 18/2019

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 06 de novembro de 2017 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2017, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 17 de outubro e 31 de outubro de 2019.

Autorizações de Utilização Deferidas

51/19 – Congelua, Unipessoal, Lda. – Armazém – Zona Industrial Cace – Mirandela;

53/19 – Fernando Manuel Lobão Silva – Habitação – Rua das Hortas nº 19 – Vale de Telhas;
56/19 – António Arménio - Cabeça de Casal – Habitação – Rua Sargento Eusébio Coelho, nº 89 – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 21/2019

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 06 de novembro de 2017 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2017, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 17 de outubro e 31 de outubro de 2019.

Licenciamentos Deferidos

77/19 – Carla Isabel Flora de Agrela – Construção de um muro de vedação – Serra Rapada – S. Pedro vale do Conde.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foram presentes o Mapa das Empreitadas em Curso e a Listagem de Contratos de Aquisição de Serviços Celebrados ou Renovados durante o ano de 2019, atualizados em 04 de novembro, que se dão por reproduzidos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/03 – DAG – Subunidade Orgânica Gabinete de Apoio ao Município.

----- Foi presente a seguinte informação subscrita, em 31 de outubro, pelo Senhor Vereador *Orlando Pires* que a seguir se transcreve:

“Informação n.º 8/GAM

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 31 de outubro de 2017, foram concedidas as seguintes Licenças nos termos do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, durante o mês de outubro de 2019.

Licenças de Festividades e de Ruído

Nome do Requerente	Localidade	Licença
Farmácia Entrevinhas - SOC. Farmacêutica, Unip. Lda.	Mirandela	Ruído
Associação Estudantes Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo	Mirandela	Ruído”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/OA – Proposta de Abertura de Conta Bancária.

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Chefe da Divisão de Administração Geral *Elisabete Silva* em 30/10/2019, com o seguinte teor:

“INFORMAÇÃO

Assunto: Abertura de Conta Bancária: Banco Santander Totta, S.A.

Considerando que:

No dia 20 de dezembro de 2010, foi estabelecido um contrato entre o Município de Mirandela e o Banco Santander Totta, S.A., denominado «*Contrato de depósito descentralizado no cliente - HOME DEPOSIT*», com o objetivo sumário de usufruir da possibilidade de o GAM (Gabinete de Apoio ao Município) beneficiar da utilização de um equipamento adequado a receber depósitos de notas, moedas, cheques e ordens de pagamento recolhidos dos municípios.

O referido contrato previa, entre outras cláusulas, a obrigatoriedade de o Município manter um saldo médio mensal mínimo na sua conta bancária, no valor de 200.000,00 € nos primeiros 5 anos, sendo depois atualizado anualmente em função da evolução da taxa Euribor a 30 dias.

Posteriormente, em 26 de novembro de 2013, foi celebrado um aditamento ao «*Contrato de depósito descentralizado no cliente - HOME DEPOSIT*», que, entre outras alterações, plasmou na *cláusula 11ª – «Obrigação de Manutenção de Saldo Médio»* a obrigação de pagar uma compensação mensal de 480,00 € + IVA ponderada pela percentagem de incumprimento face ao referido saldo médio mensal mínimo da respetiva conta bancária.

Por conseguinte:

Tem sido faturados ao Município valores de «*Penalização Home Deposit*», pelo incumprimento da referida exigência.

Para suprir esta penalização, é proposta a abertura de uma nova conta Bancária junto do Banco Santander, para a qual sejam transferidos 200.000,00 €, referente a cauções, a fim de sanar o incumprimento perante o Banco Santander, que, para a nova conta (produto denominado “Super Conta Institucionais”) oferece, entre outras condições especiais:

- Isenção de Comissão de Manutenção de Conta;
- Isenção de Extrato mensal;
- Isenção de Comissão de Alteração de Intervenientes na Conta.

Nesta conformidade, atendendo à significativa penalização financeira, deste incumprimento, submete-se à superior consideração.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 30/10/2019, exarou o seguinte Despacho:

“Nos termos dos contratos celebrados anteriormente designados por «*Contrato de depósito descentralizado no cliente - HOME DEPOSIT*», propõe-se à Câmara Municipal a abertura de uma conta no Banco Santander, que acolha 200.000,00 €.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Abertura de Conta Bancária: Banco Santander Totta, S.A., conforme proposto.

04/OA – Pedido de Apoio - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Vicente de Alvites - Comunidade de Vale de Lagoa.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 20804 em 25/10/2019, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Pedido - Ajuda Obras para Restauo do Altar-Mor da Igreja de Vale de Lagoa.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Vicente de Alvites - Comunidade de Vale de Lagoa, NIF n.º 503884626 vem por este meio solicitar a V. Ex.ª um apoio para procedermos ao restauo do Altar-Mor da Igreja de Vale de Lagoa.

A situação económico-financeira da comunidade de Vale de Lagoa é extremamente débil. Assim, solicitávamos um apoio financeiro para a execução do respetivo restauo. Junto envio o orçamento recebido pelo Centro de Conservação e Restauo da Diocese de Bragança-Miranda.

Gratos pela sua atenção face ao assunto exposto.”

----- Vem acompanhado de Proposta de Intervenção de Conservação e Restauo e Orçamento, que se dão por reproduzidos.

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* em 04/11/2019, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.

Conforme acordado com a Fábrica da Igreja, o município ficou de comparticipar com 50% do valor total.

Proponho atribuição do subsídio no valor de 8.302,50 €”

----- Processo despesa n.º 2704 de 04/11/2019.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Pedido de Apoio Financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Vicente de Alvites - Comunidade de Vale de Lagoa, no valor de 8.302,50 € (oito mil trezentos e dois euros e cinquenta cêntimos), conforme proposto.

05/OA – Pedido de Apoio - Freguesia de Vale de Salgueiro.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente a este ponto, houve um acordo que foi celebrado entre as partes no Tribunal Judicial da Comarca de Bragança - Juízo de Competência Genérica de Mirandela, em que as partes vêm declarar pretender transigir e pôr termo ao processo da seguinte forma:

Após investigação junto dos serviços municipais, o Município considera provável e admite, assim, que o anterior executivo tenha assumido parte das responsabilidades que viessem a resultar dos trabalhos executados pelo autor, assumindo os respetivos custos na parte que assumiu. Ou seja, foram umas obras que perfaziam um montante de 4.305,00 €.

Pressupondo que esta situação é verdadeira e porque deve o Município ser pessoa de bem, aceitou pagar ao autor a quantia que lhe caberia nos compromissos assumidos, que se considera ser de 2.500 euros com IVA incluído, que se compromete a pagar, no prazo de 30 dias a partir do trânsito em julgado da homologação do presente acordo.

O autor reduz o pedido em conformidade e declara que recebido este valor, nada mais terá a receber pelos trabalhos executados na Freguesia de Vale de Salgueiro e identificados nos presentes autos.

----- Este assunto foi retirado da Ordem do Dia.

06/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Resumo Diário.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 04 de novembro de 2019 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	186.864,34€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	<u>1.419.950,01€</u>
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.606.814,35€
DOCUMENTOS-----	305.443,74€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

07/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 20/DAG de 04/11/2019 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido entre 21 de outubro a 03 de novembro de 2019, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de **899.787,44 €**:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	887.848,69 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	11.938,75 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

08/DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública: Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 21/DAG de 04/10/2019 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido de 18 de outubro a 03 de novembro de 2019, foram processadas e autorizadas Requisições Externas no montante total de **398.493,26 €**:

Nome do Responsável	Valores em €
<i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira</i>	6.174,68
<i>Orlando Ferreira Pires</i>	1.047,51
<i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i>	00,00
<i>José Miguel Romão Cunha</i>	391.271,07

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pela Senhora Presidente e por mim *Esmeralda Pinto*, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 20 horas e 50 minutos.

A Presidente da Câmara Municipal;

Júlia Rodrigues
Júlia Rodrigues

A Jurista;

Esmeralda Pinto
Esmeralda Pinto